



## A Produção Historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Junior: Apropriação e Usos do Pensamento de Foucault no Brasil (1990-2006)<sup>1</sup>

Wagner Geminiano dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo pensar qual(is) imagem(ns) do pensamento de Michel Foucault é(são) produzida(s) pela apropriação e uso feitos pelo historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Jr. da obra do filósofo e historiador francês. Tomamos como porta de entrada para se pensar esta questão o recorte e a discussão estabelecida na segunda parte do livro *História: A Arte de Inventar o Passado*, denominada Michel Foucault e a História, composta por seis artigos publicados originalmente em diferentes períodos entre os anos de 1990 a 2006, na qual Albuquerque Jr. procura refletir acerca das contribuições do pensamento foucaultiano para o saber histórico e para a escrita da história. Procuramos pensar qual(is) imagem(ns) do pensamento do filósofo francês é(são) construída(s) e usada(s) por Albuquerque Jr. para pensar a história e constituir sua prática historiográfica em meio à configuração do campo do conhecimento histórico no Brasil daquele período.

**Palavras-Chave:** Michel Foucault. Historiografia Brasileira. Albuquerque Jr.

### **Appropriation and uses of Foucault's thought in Brazil: Durval Muniz de Albuquerque Jr's Historiographic Production (1990-2006)**

**Abstract:** This article aims to think which image(s) of Michel Foucault 's thought is(are) produced by the appropriation and use made by the brazilian historian Durval Muniz de Albuquerque Jr. of the work of the french philosopher and historian. It takes as an entrance door to think about this issue the cut and the discussion established in the second part of the book *History: The Art of Inventing the Past*, called Michel Foucault and History, composed of six articles originally published in different periods between the from 1990 to 2006, in which Albuquerque Jr. seeks to reflect on the contributions of foucaultian thought to historical knowledge and to the writing of history. It is sought to think which image(s) of the thought of the french philosopher is(are) constructed and used by Albuquerque Jr. to think the history and constitute his historiographic practice in the middle of the configuration of the field of the historical knowledge in Brazil of that period.

**Keywords:** Michel Foucault. Brazilian Historiographic. Albuquerque Junior.

<sup>1</sup> Uma versão reduzida deste artigo foi discutida no Fórum de Teoria e História da Historiografia realizado na UFRN/CERES/Campus Caicó. Agradeço os comentários e críticas feitos ao texto pelos historiadores Hildebrando Maciel (Mestre em História pela UFRGS), Pablo Spíndola (Doutorando em História na UFRRJ), Bruno Albino Aires da Costa (Doutorando em História na UFRGS), Elton John Silva Farias (Doutorando em História na USP), Francisco Firmino Sales Neto (Professor Doutor em História da UFCG/Campus Cajazeiras) e Evandro Santos (Professor Doutor da UFRN/CERES/Campus Caicó).

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco (PPGH/UFPE). Secretário Municipal de Educação de São José da Coroa Grande/PE. Professor de História (Licenciado) das redes municipais de ensino de Água Preta/PE e de São José da Coroa Grande/PE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



## Introdução

O pensamento acadêmico brasileiro na área das ciências humanas na produção historiográfica é deveras ligado a uma tradição de pensamento francesa. Esta tradição de pensamento marca, de forma indelével, a construção das ciências humanas no país. E, no conhecimento histórico não é diferente. Apesar da presença de outras tradições, o pensamento francês foi e é bastante importante para a construção da área do conhecimento histórico no país. Basta sublinhar que uma das principais instituições acadêmicas do Brasil, a USP, foi criada tomando por base o modelo francês de universidade. E, por muito tempo, chamada de um “departamento francês de ultramar”.

Assim como as áreas de humanas no geral e a de história em particular, começam a ser desenvolvidas naquela instituição a partir da presença e atuação das missões francesas (FERREIRA, 2013.), (RODRIGUES, 2013.) (ROIZ, 2009.), das quais participaram nomes como Fernand Braudel e Henri Hausser (História), Claude Levi-Strauss (Antropologia) e Roger Bastide (Sociologia). As missões francesas vão ser responsáveis também pela construção da Universidade do Distrito Federal (UDF), posteriormente, Universidade do Brasil (UB) e sua Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), situadas no Rio de Janeiro, que também terão importância central na formação do pensamento social brasileiro ao longo do século XX. A este respeito, afirma Marieta de Moraes Ferreira:

Sem sombra de dúvida, a atuação dos mestres franceses, tanto no Rio quanto em São Paulo, naqueles momentos fundadores [da década de 1930], foi definitiva para garantir nas décadas seguintes uma forte influência da historiografia francesa na formação dos novos profissionais de História [...] os cursos de História estariam, nos anos seguintes, fortemente envolvidos pela cultura histórica francesa (FERREIRA, 2013, p. 117).

No entanto, essa presença francesa ou de uma determinada tradição de pensamento francês na constituição do pensamento historiográfico brasileiro, em especial o mais recente, ainda não recebeu a devida atenção por parte da história da história no Brasil. Há pouquíssimos trabalhos que perscrutam esta relação. E, é tentando contribuir para a superação dessa lacuna que propomos a discussão que se seguirá neste texto. Ele tem por objetivo pensar e discutir esta relação a partir de um caso específico, qual seja: a apropriação e uso do pensamento de um dos principais expoentes do pensamento francês do século XX, o filósofo-historiador Michel Foucault, pela produção historiográfica do historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Jr.



O filósofo francês tem uma obra extensa, geralmente dividida em três fases ou três eixos pela maioria de seus comentadores e críticos (DELEUZE, 2005.), (VEIGA-NETO, 2003.), e esta obra repercutiu de forma considerável sobre a historiografia brasileira dos últimos 30 anos, que se apropriou de maneiras diversas das três fases de seu pensamento que tratam, respectivamente, do eixo do saber, do eixo do poder, e do eixo da ética-estética da existência (RAMOS, 2014). Para dar conta de um dos casos desta apropriação, escolhemos a produção historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Jr.<sup>3</sup>, um dos principais historiadores brasileiros a se apropriar e usar o pensamento de Michel Foucault para pensar a História e produzir historiografia no Brasil nas últimas décadas.

Albuquerque Jr. tem uma produção historiográfica vasta, com vários livros publicados. Dentre eles, o mais importante e significativo para a historiografia brasileira talvez seja o livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, que significou um marco nos estudos sobre a invenção histórica dos espaços, em especial, das regiões em nosso país. Claramente inspirado no pensamento de Michel Foucault, Albuquerque Jr. procurou problematizar, no livro em questão, como emergiu para o pensamento social e para a história brasileira a região Nordeste, seguindo assim uma das orientações básicas do pensamento de Foucault que é a de historicizar todas as coisas, inclusive aquelas que nos parecem mais naturais e a-históricas como os espaços.

No entanto, apesar de julgar que esta seria a obra mais importante de Albuquerque Jr., e, portanto, uma excelente porta de entrada para se pensar como este historiador se apropria e usa o pensamento de Michel Foucault, preferimos optar por um outro recorte e discutir esta apropriação a partir de outra obra dele, o livro *História: A Arte de Inventar o*

---

<sup>3</sup> Durval Muniz de Albuquerque Jr. é um dos mais renomados historiadores brasileiros da atualidade. Com cerca de dez livros publicados, dentre eles o clássico e premiado *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, já com tradução para o inglês, e o também premiado *A Feira dos Mitos*. Além disso, figura com uma vasta produção científica com mais de 100 (cem) artigos publicados como capítulos de livros ou em revistas especializadas, sem contar os inúmeros prefácios, resenhas e similares produzidos e publicados. Tem uma atuação política e intelectual de destaque no campo, seja atuando em instituições de fomento, como a CAPES e o CNPq, nos comitês da área, bem como ocupando cargos relevantes a exemplo da presidência da Associação Nacional de História (ANPUH), no biênio 2009-2011, quando tornou-se o primeiro historiador a atuar fora do centro-sul a ocupar tal cargo. Sua produção tem influenciado um número considerável de outras produções, seja no mundo acadêmico, artístico e cultural do país. É professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Fatores estes que o coloca como um dos principais nomes da historiografia brasileira, e um dos motivos da sua escolha neste texto para pensar a apropriação e o uso do pensamento de Michel Foucault no Brasil.



Passado, em especial a partir da segunda parte do livro Michel Foucault e a História, onde o autor procura se dedicar “à reflexão sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da história e para as reflexões sobre o saber histórico” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13). Na apresentação ao livro, Albuquerque Jr. vai justificar esta escolha da seguinte maneira:

Autor que teve entre os historiadores uma recepção bastante polêmica, pelos desafios que lançou no sentido de repensarmos os nossos consagrados procedimentos de pesquisa e, principalmente, por questionar a forma de ver e dizer a história, majoritária na comunidade de historiadores, pelo menos até os anos setenta do século passado. No Brasil, principalmente, Foucault tem sido objeto de uma recepção que se caracteriza, muitas vezes, pela denegação adjetiva de suas ideias; tem sido objeto de uma crítica historiográfica marcada pelos adjetivos desqualificadores, pelos ataques pessoais, muitos deles pretensamente apoiados em argumentos políticos ou científicos. O que se percebe, no geral, é que a crítica historiográfica brasileira não lida com suas ideias, não discute suas posições, não dialoga com seus argumentos, mas tenta, simplesmente, numa atitude que politicamente sempre denunciou, alijá-lo do debate, construindo, em torno de seu pensamento, um conjunto de enunciados pejorativos, crivando-os de epítetos como: populista, irracionalista, nominalista, pós-moderno, estruturalista, etc. Nos textos aqui reunidos, dialogo com essa crítica historiográfica e apresento o que, no meu modo de entender, são as principais contribuições deste historiador para nosso *métier* (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13).

Do livro em questão, recortamos para análise sua segunda parte, composta por seis artigos aí reunidos depois de terem sido publicados originalmente em outros espaços e momentos do percurso historiográfico do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. E, este se constitui em um dos motivos que nos levou a escolher esta obra para pensar a apropriação e uso do pensamento de Michel Foucault por Albuquerque Jr. Justamente por ela condensar e reunir diversos momentos e tempos desta apropriação e uso, inclusive o momento em que foi escrito *A Invenção do Nordeste*.

Além disso, ao ser composta por seis artigos de seis diferentes momentos escolhidos pelo autor para constar da obra, ela permite pensar uma imagem de conjunto desta apropriação e uso, considerando-a como produto de uma escolha consciente do autor, daquilo que ele julgou significativo e central na sua relação com o pensamento de Foucault para constituição de sua produção como historiador, ao ponto de trazer aqueles textos mais uma vez para publicação e apreciação do público e dos pares. Textos estes que buscam discutir, de um ponto de vista teórico, metodológico e historiográfico esta relação do pensamento de Foucault com a história e seu fazer. O que torna, para nós, mais emblemático ainda o trabalho



com estes artigos, uma vez que buscaremos pensar com eles a imagem de Foucault ou do pensamento deste construída por Albuquerque Jr. para pensar e produzir história.

Portanto, o problema que guia este texto é: pensar qual(is) imagem(ns) do pensamento de Foucault é (são) produzida(s) pela apropriação e uso feitos por Albuquerque Jr. nestes seis artigos que tratam de discutir a relação de “Michel Foucault com a história e a produção deste saber” contidos na segunda parte do livro *História: A Arte de Inventar o Passado*, publicado em 2006 (ALBUQUERQUE JR., 2007). Os seis artigos são os seguintes: seguindo a ordem do livro, o primeiro artigo é Menocchio e Rivière: Criminosos da Palavra, Poetas do Silêncio, originalmente publicado no ano de 1990, na Revista *Resgate da UNICAMP*, momento em que Albuquerque Jr. havia ingressado no doutorado em história daquela instituição.

O segundo se intitula Os “Maus Costumes” de Foucault, publicado originalmente na Revista *Pós-História da UNESP/Assis*, no ano de 1998. O terceiro texto é *Experiência: Uma Fissura no Silêncio*, publicado originalmente na Revista *Territórios & Fronteiras da UFMT*, em 2002. O artigo *Um Leque que Respira: A Questão do Objeto em História* é o quarto artigo, originalmente publicado no ano 2000, no livro *Retratos de Foucault*, fruto da compilação dos textos apresentados no Colóquio Foucault daquele ano e organizado por Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco.

O quinto texto é o artigo *A História em Jogo: A Atuação de Michel Foucault no Campo da Historiografia*, originalmente publicado na Revista *Anos 90*, da UFRGS, no ano de 2004. Por fim, o sexto e último artigo a compor esta segunda parte do livro é o texto *Michel Foucault e a Mona Lisa ou como Escrever a História com um Sorriso nos Lábios*, publicado originalmente no livro *Figuras de Foucault*, fruto da compilação dos trabalhos apresentados em mais um Colóquio Foucault, organizado por Alfredo Veiga-Neto e Margareth Rago e publicado em 2006. Portanto, os artigos foram reunidos por Albuquerque Jr. no livro *História: A Arte de Inventar o Passado*, praticamente seguindo a mesma ordem cronológica das publicações originais, com exceção do artigo quarto, pois sua publicação original é de dois anos antes do artigo de número três.

Assim, acreditamos ter um panorama do uso e apropriação que Albuquerque Jr. faz de Foucault em um período considerável de seu percurso acadêmico e historiográfico, que vai



do ingresso no doutorado em 1990 até o ano de 2006, quando de seu concurso para professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Diga-se de passagem, dois marcos bastante significativos deste percurso: o primeiro, como o último ritual de iniciação ao saber histórico (o doutorado) e sua colocação entre os pares como historiador de renome, sobretudo a contar da conclusão do doutorado e a publicação de sua tese em livro, ocorrida em 1996, com o título *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (ALBUQUERQUE JR., 1996) Tese vencedora do prêmio Nelson Chaves de Teses sobre o Norte e Nordeste Brasileiros, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco. E, o último, seu concurso para professor titular da UFRN, no ano de 2006, como a consolidação deste percurso com o estabelecimento e reconhecimento institucional do nome Durval Muniz de Albuquerque Jr. como historiador e autor, em especial com a criação do Mestrado em História na UFRN. Programa criado em consonância com as marcas do trabalho historiográfico de Albuquerque Jr., ao estabelecer como área de estudos a relação entre História e Espaços:

A proposta de fundação do PPGH era inovadora e almejava transformar um tópico importante, mas que ainda não fora trabalhado de forma sistemática pela historiografia nacional: *o espaço e sua historicidade*. No projeto original, a justificativa tratava da constituição de uma abordagem historiográfica de desnaturalização do espaço: “Qualquer acontecimento histórico possui uma dimensão espacial, se refere ou se remete a um dado recorte espacial, no entanto, esta dimensão da história tem sido negligenciada quando se trata da produção do conhecimento nesta área. A ênfase dada à dimensão temporal, que caracteriza a disciplina histórica, tem levado, muitas vezes, a que o espaço seja pensado como um a priori, um dado prévio, um ‘já lá’ que não precisa ser pensado historicamente” (PROJETO MESTRADO UFRN, 2004, grifos nossos).

Portanto, trata-se de pensar a produção de um historiador já assentado no *stablishment* acadêmico brasileiro, muito embora sempre militando profissionalmente em instituições fora do Centro-Sul do país. O que impõe uma outra marca a seu percurso historiográfico, sobretudo do ponto de vista de sua atuação política na área, de questionar não só uma dada ideia de naturalização do espaço, como também de problematizar a própria noção de regional atribuída a praticamente toda historiografia brasileira produzida fora das instituições do centro-sul do país e que não tenha como tema aquele recorte espacial (ALBUQUERQUE JR., 1994).

Dito isto, damos seguimento a esta discussão estabelecendo aquilo que Albuquerque Jr. pensa como sendo a história da historiografia, tendo em vista ser a consciência da



historicidade de sua própria prática que o permite pensar os principais temas de sua produção, provocando deslocamentos de sentido em relação às práticas anteriores:

A história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas neste campo, num dado momento histórico e social (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 192).

Partimos dessa sua definição de história da historiografia porque, como o autor em estudo afirmou na apresentação ao livro, é com a “crítica historiográfica brasileira” que vai estabelecer uma discussão para pensar a contribuição de Foucault para a historiografia brasileira mais recente, buscando fugir de sua tendência adjetivista. Portanto, é a começar dessa perspectiva de análise historiográfica e de discussões teóricas adotadas pelo autor, ao recusar o procedimento da adjetivação em suas análises, vislumbrando estabelecer um diálogo substantivo com os textos, as ideias, o pensamento dos autores e com as diversas abordagens historiográficas que buscaremos começar a mapear qual(is) imagem(ns) do pensamento de Foucault emerge(m) deste diálogo. Procuraremos discutir as regras, os procedimentos e os conceitos agenciados na construção do saber histórico e da escrita da história a partir deste diálogo e como ele é articulado para pensar, sobretudo, a produção historiográfica nacional.

Esta é uma marca dos textos de Albuquerque Jr., à medida que discute com a produção historiográfica brasileira em suas diferentes abordagens e perspectivas, pensando a prática do historiador nos seguintes termos:

O que faz o historiador é reconstruir as visões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir. O que nos chega do passado nos vem como signos que precisam ser significados ou nos vem como significações dadas por uma dada época e por dados homens a seu próprio tempo, às suas ações ou a eventos que tenham vivenciado ou analisado. O historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 200).

### **Imagem 1 – Foucault: Um Historiador Outsider Diferente dos Historiadores de Ofício**

Essa forma como Albuquerque Jr. pensa o fazer do historiador está diretamente relacionada à forma como ele entende que Foucault concebe a história, a pensa e busca escrevê-la, assim como este conceberia aquilo que nomeamos de real. Para Albuquerque Jr.,



esta forma de Foucault pensar a história e o real o colocaria em uma outra perspectiva de discussão, bem distinta daquela que os historiadores de ofício estariam habituados a trabalhar, pois:

Foucault sustentou que não existe uma ordem objetiva subjacente em tudo o que acontece, e que não há uma finalidade única para a qual tudo deve tender, como faz Thompson. A “documentação” de uma sociedade é a sua própria realidade, não existe um substrato material chamado real fora desta “documentação”. A sociedade que vemos e dizemos, a partir desta documentação, depende do regime de visibilidade e de dizibilidade do momento em que o historiador está inserido, mas também do diálogo desta visibilidade e dizibilidade com aquelas outras, expressas na documentação. Foucault, ao contrário de Thompson, não pretende fazer história de “coisas”, mas história de termos, de enunciados, de imagens, de sinais, de signos. Ele faz história das técnicas e categorias da visibilidade e dizibilidade que em cada época instituíram as coisas a serem vistas e ditas. Ele não faz a história de uma experiência, mas de como esta foi construída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesses ela foi “documentada” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 138).

Portanto, para Albuquerque Jr., Foucault não só pensa a história em outros termos, mas a produz alicerçado em outras regras. Ele seria um historiador de um outro tipo, praticando o nosso fazer de forma quase que oposta a historiadores de ofício como Thompson e também Ginzburg, outro historiador com quem o fazer de Foucault vai ser comparado e contraposto por Albuquerque Jr. Esta oposição vai ser um dos contornos traçados por este para compor a sua imagem de pensamento de Foucault. Isto vai estar presente tanto no texto de 2002, no qual ele “diferencia as concepções de experiência presentes na obra de E. P. Thompson e Michel Foucault” quanto no texto inaugural de 1990, Menocchio e Rivière: Criminosos da Palavra, Poetas do Silêncio, no qual, segundo o autor, “numa espécie de resposta às críticas adjetivistas que Carlo Ginzburg faz ao trabalho de Michel Foucault na introdução de seu livro *O Queijo e os Vermes*, procuramos mostrar as diferenças substantivas entre a maneira de pensar a história destes dois autores” (ALBUQUERQUE JR., 2006, p 20).

Dessa maneira, Albuquerque Jr. foi construindo e trabalhando com uma imagem do pensamento de Foucault que se opunha ao que pensavam e praticavam uma boa parte dos historiadores de ofício, sobretudo Thompson e Ginzburg e, certamente, aqueles historiadores brasileiros que tinham sua prática balizadas pelas abordagens de ambos. É em grande medida, pensando num Foucault nestes termos, que Albuquerque Jr. vai se apropriar e usar seu pensamento. E, esta apropriação e uso vão deixar marcas profundas no seu percurso



historiográfico, como ele aponta em seu memorial para o concurso de professor titular da UFRN, apresentado em 2006:

Ítalo Tronca que, numa disciplina intitulada Historiografia Brasileira, me proporcionou o encontro com o autor que seria decisivo em minha vida acadêmica e em minha produção intelectual daí para frente: Michel Foucault, de quem li maravilhado *Vigiar e Punir* e *História da Loucura*. A novidade de suas abordagens, de seus temas, sua escrita poética e arrebatadora me abriu a possibilidade de pensar de um modo diferente do que fizera até então. Se pensar é modificar-se, como ele sempre ensinou, lê-lo me fez outro, me fez nascer de novo. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 13, grifos originais).

Uma dessas marcas no período que ora analisamos é a suposta polarização entre Foucault e os historiadores de ofício. Essa imagem perpassa todos os seis artigos com os quais discuto neste texto. Isto me permite afirmar que esta será uma imagem de Foucault também presente em toda a produção historiográfica de Albuquerque Jr. elaborada neste período. Isso fica muito explícito na sua obra, em especial nestes dois artigos, um do início da década de 1990, Menocchio e Rivière: Criminosos da Palavra, Poetas do Silêncio e o outro produzido já na primeira década deste século e publicado pela primeira vez em 2002, intitulado *Experiência: Uma Fissura no Silêncio*. Detenhamo-nos então nos dois textos em questão. No primeiro, Albuquerque Jr. busca “fazer um confronto entre” a abordagem teórico-metodológica feita por Michel Foucault no livro *Eu, Pierre Rivière, Que Degolei Minha Mãe, Meu Irmão e Minha Irmã* e a abordagem empreendida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg no livro *O Queijo e os Vermes*, na tentativa de explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são caminhos possíveis de serem trilhados por nós historiadores.

No entanto, ao longo do texto, fica claro ao leitor a preferência do autor pela abordagem teórico-metodológica empreendida por Foucault, fruto, talvez, da tentativa que Albuquerque Jr. faz para refletir sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da História e para as reflexões sobre o saber histórico. Nesse sentido, o percurso analítico trilhado por Albuquerque Jr. busca estabelecer um diálogo substantivo, mas ao mesmo tempo comparativo com a crítica historiográfica representada por Thompson e Ginzburg. Busca estabelecer mediante este diálogo, o que seriam “as contribuições originais” de Michel Foucault para o campo da História ao comparar sua obra historiográfica à de outros grandes nomes dessa seara de pesquisa, como o historiador inglês da classe trabalhadora e o historiador italiano da micro-história.



E, quando assim o faz, parece também supor e constituir um quadro avaliativo subjacente que, em menor ou maior grau, serviria para avaliar o nível de contribuição de cada um daqueles autores para o campo da disciplina histórica, ou melhor, seria a partir da avaliação da contribuição de cada autor para o saber histórico que se definiria a sua importância dentro deste quadro avaliativo subjacente. Nesse sentido, para Albuquerque Jr., as contribuições mais elaboradas e atualizadas seriam as de Michel Foucault, pois estas possibilitariam uma prática mais elaborada de nosso campo, assim como traria uma visão mais substantiva para este, abrindo a possibilidade de pensar de um modo diferente do que se fizera até então.

Foucault, diferente de Ginzburg e Thompson, vai ser construído como o oposto da imagem do historiador de ofício, como aquele que não só produz a história desde regras diferentes, mas, sobretudo, permite, possibilita pensá-la e praticá-la de forma distinta de tudo que se tinha feito até então. Esse tipo de procedimento adotado por Albuquerque Jr. parece se explicitar de forma mais evidente no segundo texto em questão, *Experiência: Uma Fissura no Silêncio* onde se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson utiliza o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma como Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico. Nesse texto, em especial, Albuquerque Jr. opera de forma mais enfática a oposição entre Thompson e Foucault, do que a estabelecida de forma latente entre este e Ginzburg no texto anterior, e faz isto advogando que:

Fazendo parte de tradições distintas no pensamento Ocidental, Thompson e Foucault pensam de forma diferenciada a experiência humana e sua relação com o conhecimento, com a consciência, com a representação e com as práticas sociais. A obra de Edward Thompson se inscreve dentro da tradição marxista, embora se proponha a ser uma nova leitura desta tradição [...]. O marxismo, por sua vez, liga-se a toda tradição do pensamento moderno de inspiração platônica e hegeliana, ou seja, um pensamento comprometido com as essências, com as totalidades, com a Razão [...]. Já a obra de Michel Foucault liga-se a outra tradição do pensamento Ocidental, a tradição de inspiração heraclitiana ou pré-socrática, e a outra tradição do pensamento moderno, a de inspiração nietzscheana e heideggeriana, ou seja, um pensamento não essencialista, que busca dispersar as totalidades, inclusive a totalidade da Razão (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 134).

Assim, agenciando esses procedimentos de análise, Albuquerque Jr. terminava por submergir no debate que muitas vezes tentou denunciar, ao se propor fazer uma análise historiográfica e produzir e pensar a história a partir de uma terceira margem. Proposta que



aparece referendada em dois artigos presentes na primeira parte do livro que ora analisamos<sup>4</sup>. Nesse sentido, esta oposição que ele constrói entre Foucault e os “historiadores de ofício”, estes identificados ou alinhados, em grande medida, ao que se nomeava a época como História Social, falava naquele momento de dentro do debate que constituía os lugares de moderno e pós-moderno e seus derivados como condição *sine qua non* da produção do conhecimento histórico no Brasil ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000<sup>5</sup>.

E, esse texto traz bem esta marca de historicidade, ao remeter àquele momento em que as discussões em torno da relação/tensão modernidade/pós-modernidade se fizeram sensivelmente presentes nas discussões das ciências humanas no país, em especial entre os historiadores. Albuquerque Jr., com este procedimento, que polariza Foucault e os historiadores de ofício, mesmo tentando fazer um diálogo substantivo com eles e evitando os adjetivos, terminava por submergir às regras, aos procedimentos e à lógica de produção do saber histórico definidos no início do estabelecimento da relação entre aqueles dois lugares, mesmo não aderindo à lógica adjetivista aí presente; ocupando, portanto, o lugar de sujeito historiador enquanto derivada do enunciado que estabelece as oposições entre o moderno e o pós-moderno (SANTOS, 2012), muito embora fazendo o esforço e pretendendo falar da “terceira margem do rio<sup>6</sup>”. Perspectiva esta também evidenciada e criticada por Temístocles Cezar, em resenha ao livro em análise:

Trata-se de uma resposta prévia à provável objeção de um pós-modernismo-relativista do qual devemos manter as crianças afastadas? Talvez. O certo é que Durval Muniz sabe ser doutor quando quer. Mesmo optando em situar sua produção em um discurso sobre a pós-modernidade [sinceramente não sei qual razão o leva para esse debate, ainda um embate de grandes narrativas, que visam mais desqualificar o outro do que contribuir para um entendimento sociocultural do mundo em que vivemos], o autor deixa claro que não rompeu com os princípios da “operação historiográfica” de um autor que lhe é caro, Michel de Certeau (CEZAR, 2008, p. 267).

---

<sup>4</sup> Conferir os artigos Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção, que conta como introdução ao livro. E o segundo artigo da Parte 1, História e Literatura, que tem por título História: a arte de inventar o passado. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução e Parte 1 – História e Literatura. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de **História: A arte de inventar o passado**. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada acerca da construção dos lugares de moderno e pós-moderno pela historiografia brasileira da década de 1990 e início dos anos 2000, ver SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 7, p. 128-155, jun./2012.

<sup>6</sup> Ver a este respeito a introdução do livro em análise intitulada **Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção**. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 19-39.



Albuquerque Jr., ainda parecia estar discutindo a relação do pensamento destes autores com a produção historiográfica em termos de contribuição e vinculado ainda a uma prática dos “historiadores de ofício”, a quem opunha Michel Foucault, ao se inserir, como afirma Cezar, em “um embate de grandes narrativas”, ou seja, isso ocorre, em grande medida por ele pensar a partir da contribuição que cada autor, teórico, historiador, filósofo e suas obras e pensamento poderiam dar para o desenvolvimento da disciplina e sua inserção neste debate paradigmático de fundo.

Nesse sentido, Albuquerque Jr., ao pensar a produção historiográfica a partir do conceito de contribuição, mergulha naquela dicotomia e, portanto, na mesma lógica que tenta nomear cada prática segundo um determinado lugar ou gaveta, uma vez que, o conceito de contribuição e sua relação com a disciplina histórica, da forma como o autor o pensa neste momento, parecia remeter ainda a um certo ideal de acabamento ou de aperfeiçoamento gradativo da disciplina História mediante um processo no qual cada teórico, filósofo, historiador etc. viria acrescentar a sua parcela de contribuição para a composição do todo (do paradigma, moderno ou pós-moderno) ou para o seu estabelecimento enquanto tal.

Assim, a disciplina História seria um todo maior, ainda inacabado, mas preenchida constantemente pelas diversas “contribuições” oriundas das diferentes perspectivas do pensamento histórico. E, segundo o autor dos textos em questão, as maiores contribuições haviam sido dadas pelo pensamento e pela prática historiadora de Michel Foucault. Este teria contribuído para um maior enriquecimento do campo disciplinar da história-conhecimento. E, quando pensa assim, a imagem de seu pensamento que se constitui é de um pensamento em continuidade com o já estabelecido no campo. Uma continuidade em termos dialéticos, tanto como melhoramento, enriquecimento, quanto como salto, ruptura com uma determinada prática anterior ou contemporânea para a construção e desenvolvimento de um todo maior: o campo do saber histórico.

Esse aspecto ainda coloca a produção de Albuquerque Jr. ligada a um momento bem preciso da produção historiográfica brasileira, trazendo as marcas de historicidade deste período, que vai de finais da década de 1980 a início dos anos 2000, quando diversos historiadores brasileiros buscaram fazer uma transição daquilo que se chamava a época das



bases epistêmicas da História Social para a História Cultural de inspiração francesa.<sup>7</sup> Ainda como um esforço de síntese, não mais no sentido de justapor contrários, como ao longo dos anos 1980, mas de estabelecer as diferenças teóricas, metodológicas e epistemológicas de cada área e suas contribuições para a construção do campo no país.

## **Imagem 2 – Foucault: Arma de Combate Historiográfico**

Portanto, há por parte de Albuquerque Jr., a construção de uma oposição aparente dentro do campo do conhecimento histórico no qual a imagem do pensamento de Foucault por ele elaborada aparece como o outro polo, como o elemento de ruptura, de descontinuidade com as práticas dos historiadores de ofício e/ou tradicionais, a exemplo de Ginzburg e Thompson. Dessa forma, a imagem do pensamento de Foucault usada e apropriada por Albuquerque Jr. serve, por um lado, como arma para contestar e criticar determinadas práticas historiográficas representadas pelo historiador italiano e o historiador inglês, ainda hegemônicas nos anos 1990 e início dos anos 2000. E, por outro lado, para alargar as possibilidades do campo do saber histórico, pensado ainda com base em uma certa noção de totalidade inerente à noção de contribuição, trazidas pelo olhar, pela prática historiadora de Michel Foucault.

Desse modo, Foucault vai ser usado para cavar novos espaços dentro do campo epistemológico do saber histórico, sem, no entanto, romper definitivamente com ele e sim permitindo apenas o alargamento de suas fronteiras e limites disciplinares. Isso parece bastante claro quando recuamos um pouquinho no tempo e observamos o uso e apropriação feitos por Albuquerque Jr. do pensamento de Foucault quando da feitura de sua dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP, em 1988:

Dois anos depois de haver defendido a dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E. P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista” haviam sido rompidas com a aposentadoria da maioria dos

---

<sup>7</sup>Ver, por exemplo, como Margareth Rago apresenta esta transição nos seguintes textos: RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, S.; Schmidt, B.; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000. V. 01, p. 41-58. RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.



professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 15).

Ou como vai afirmar Igor Guedes Ramos:

Albuquerque Jr. afirma a diferença entre os pensamentos de Foucault e de Thompson, porém considera que ambos possuem deficiências que podem ser corrigidas a partir do outro, por meio de aproximações e complementações, constituindo assim um pensamento capaz de escapar das deficiências da produção historiográfica brasileira anterior. Estas deficiências são imputadas ao “marxismo ortodoxo” que, devido a uma “leitura muito apressada que se faz da Ideologia Alemã”, percebe os discursos, a produção de ideários, o imaginário, etc. apenas como “mero reflexo das estruturas econômicas e sociais” e/ou como misticismos para que “os homens de carne e osso dominem e explorem os outros homens de carne e osso” (RAMOS, 2014, p. 447.)

Portanto, podemos afirmar que, nos anos 1980, a apropriação e uso do pensamento de Foucault por Albuquerque Jr. servia mais a um combate por posições institucionais dentro da reelaboração do saber histórico no país, a contar dos combates entre “a chamada velha guarda marxista” e a “chamada nova história”, que possibilitava e requeria o uso concomitante do pensamento de Foucault e de Thompson de forma muito pouco problemática ou problematizada. Uma apropriação feita muito mais dos “conteúdos” propostos pelas obras de Foucault do que propriamente um uso teórico-metodológico e/ou epistemológico de suas práticas historiográficas decorrentes das suas formas de historiar desenvolvidas nos três eixos de sua obra, como explicita Igor Guedes Ramos:

Foi exatamente onde descrevemos a existência de uma aproximação entre Thompson e Foucault que ocorreu a apropriação deste último. Ora, mas esta aproximação não abarca a concepção de microfísica do poder integralmente; diz respeito principalmente às noções de poder como relação e de história como luta, raríssimas vezes diz respeito às noções de história das práticas (sem sujeito) e de resistência tendo a mesma natureza do poder. Deste modo, o que ocorreu em geral é a utilização de alguns elementos da microfísica do poder para elaborar uma reflexão teórica sobre as múltiplas formas de dominação; em última instância, estas são explicadas pela intenção de uma classe que empreende um projeto de dominação, do qual os outros procuram resistir para, em algum momento, atingirem a verdadeira liberdade. Enfim, mais do que apropriações da concepção teórico-metodológica do filósofo francês, ocorreu uma utilização do que podemos denominar de “conteúdo” de seus livros, isto é, de suas descrições e argumentações a respeito de uma prática, de processo histórico etc. (RAMOS, 2014, p. 365).

Assim, se nos anos 1980 a apropriação e uso feito por Albuquerque Jr. do pensamento de Foucault se faz partindo de uma “apropriação de conteúdo”, dado seu uso concomitante em sua dissertação com o pensamento de Thompson, desconsiderando a diferença epistemológica existente entre o pensamento de ambos em prol das contribuições



que o uso simultâneo poderia trazer para o conhecimento histórico, nos anos seguintes, a produção de Albuquerque Jr. já apontava para uma ruptura com aquela postura, uma vez que, diferentemente de outros historiadores contemporâneos seus que seguiram esta mesma tendência, a preocupação com a forma, e não apenas com o conteúdo, já se fazia sentir na produção historiadora de Albuquerque Jr. dos anos 1980, como evidencia o próprio Igor Guedes Ramos ao afirmar que:

Em suma, acreditamos que, nessa pesquisa, Albuquerque Jr. propôs um estudo dos discursos (do imaginário, da ideologia, da hegemonia cultural ou como se quiser denominar) que estabeleceram o “problema da seca do Norte”, fundamentado, sobretudo, no arcabouço teórico-metodológico do “materialismo histórico cultural”, tal como operou Thompson. Também procurou complementar esta prática historiográfica com a arqueologia foucaultiana, o que tornou a pesquisa mais atenta à lógica dos discursos particulares e suas regularidades mais gerais. Finalmente, aproximou Foucault de Thompson por meio da concepção de história como luta e de poder como relação. Esta composição teórico-metodológica e algumas apropriações de conteúdo permitiram o autor contestar as leituras ortodoxas, mecanicistas ou, como preferimos denominar, formalistas da historiografia anterior e, evidentemente, contar a história da invenção da “seca do Norte” a partir da luta de classes expressa nas múltiplas atividades humanas (RAMOS, 2014, p. 450.)

Vai ser, portanto, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, dadas as novas disputas departamentais no interior da UNICAMP, onde Albuquerque Jr. vai ingressar no doutorado no início desta década, dada a consolidação da pós-graduação como *locus* privilegiado de produção do conhecimento histórico no país, dada a consolidação do historiador profissional, formado e forjado na academia, como principal sujeito produtor do conhecimento histórico, dada a emergência de uma maior preocupação com as regras deste fazer que o articulasse e o embasasse como um conhecimento cientificamente orientado, que vai emergir uma maior preocupação epistemológica por parte dos historiadores com a apropriação e uso teórico e metodológico do pensamento, dos conceitos e da obra dos teóricos utilizados em suas produções.

Sobretudo, no tocante a marcar os lugares de fala e de produção do saber histórico nesta nova configuração do campo que emerge nos anos 1990. Nesse sentido, a produção de Albuquerque Jr. não está descolada destas alterações, como vai se explicitar no artigo em que contrasta a prática historiadora de Ginzburg e Foucault, que data justamente do início deste período, assim como vai estar claramente marcada esta diferenciação em todos os níveis, no início dos anos 2000, quando ele discute a noção de experiência em Thompson e em Foucault, afirmando que:



Nas últimas duas décadas, a historiografia brasileira tem sido marcada, fortemente, pelo diálogo com as obras do historiador inglês de inspiração marxista Edward P. Thompson e do filósofo e historiador francês pós-estruturalista Michel Foucault. No começo da década de 1980, foi muito comum, inclusive, a utilização conjunta de ambos em uma série de teses e dissertações que vieram a se transformar em livros que revolucionaram a historiografia brasileira. Nestes trabalhos, o Michel Foucault da genealogia do poder, do livro *Vigiar e punir*, é utilizado juntamente com Thompson para se fazer uma história do processo de constituição da classe operária brasileira, com a sua necessária disciplinarização. São analisados os vários momentos de constituição do mundo operário no Brasil, seja dentro da fábrica, seja fora dela. Ignorando-se a crítica de Foucault à chamada história social, ele é transformado em um historiador social e usado para fornecer conceitos novos para uma historiografia que, embora já se afastasse do marxismo mais mecânico e economicista, ainda não havia se afastado definitivamente deste paradigma, que aparecia renovado nas páginas das obras de Thompson. Embora hoje seja comum, entre os historiadores brasileiros, a percepção de que são opções teóricas e metodológicas diferentes, não existe, praticamente, texto algum que tematize as diferenças substanciais entre a obra de Thompson e a de Foucault, que discuta em que se afastam, o porquê de eles significarem formas diferenciadas de compreender a História. Este texto pretende contribuir para esta discussão, já que se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson pensa o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma com Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 133-134, grifos originais).

Assim, de finais da década de 1980 a inícios dos anos 2000, temos uma clara modificação no uso do pensamento e obra de Michel Foucault pela produção historiadora de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Modificação esta que altera também, de forma sensível, a imagem do pensamento do filósofo francês com o qual o historiador brasileiro trabalha. Se, nos finais da década de 1980, a imagem de Foucault usada é a de uma teoria e um produto em combate com a “velha guarda marxista”, o que possibilita o uso concomitante com o pensamento de Thompson, alocando assim as preocupações de Albuquerque Jr. muito mais no polo do conteúdo ou do produto historiográfico do que propriamente das regras ou da forma de sua produção.

A partir dos anos 1990, esta relação se inverte e a imagem do pensamento do filósofo e historiador francês que vai ser agenciada é aquela que permite se pensar e alterar as regras do fazer historiográfico no país. O que vai estar em evidência é como o pensamento de Foucault vai permitir pensar as formas de fazer história e como, a partir dele, é possível alargar as fronteiras e os limites do conhecimento histórico no Brasil, tanto em termos temáticos, como em termos de objetos, de fontes e de abordagem, utilizando-se de seu pensamento para, inclusive, se questionar a própria historicidade dessas noções, tão caras à prática historiográfica.



Dessa maneira, a imagem que Albuquerque Jr. constrói de Foucault e com a qual trabalha é a de um filósofo historiador que, justamente por vir de fora do campo dos historiadores de ofício, não estaria totalmente condicionado ao arquivo com o qual estes estariam acostumados a trabalhar. A começar da década de 1990 e dos textos aqui analisados, a imagem de Foucault que emerge da obra de Durval é a de um outro diferencial do sujeito historiador tradicional, um outro que rompe com as maneiras e as formas de praticar o nosso *métier*, características dos historiadores de ofício, uma vez que, segundo Albuquerque Jr:

Para Foucault, a história é nominalista, ou seja, ela é uma prática discursiva que participa da elaboração do real, assim como outras práticas. No entanto, a prática discursiva da História se distingue de outras por sua normatividade específica, ela possui regras próprias de funcionamento e de produção [...] A História, por sua normatividade, estaria próxima da ciência, mas seria também, em grande medida, uma arte narrativa, pois não só representa o real, como participa da sua invenção, de sua criação escritural. Todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 135).

Assim, essa imagem do pensamento de Foucault vai permitir a Albuquerque Jr. pensar e questionar alguns lugares-comuns e determinadas abordagens que se cristalizavam em torno de alguns temas que estavam se tornando tradicionais na historiografia brasileira ao longo dos anos 1990 e início dos 2000, a exemplo dos estudos sobre os costumes. Dimensão esta discutida no texto Os “Maus Costumes” de Foucault, publicado originalmente em 1998, a partir de uma imagem do filósofo francês e de seu pensamento que questiona radicalmente, segundo Albuquerque Jr., a forma como os historiadores de ofício vinham abordando tal temática:

Por entender a prática do filósofo desta maneira, é que, na vida, Foucault se encaminhou, cada vez mais, no sentido de expressar, em forma de práticas, o que estava presente em seu pensamento. Para ele, a filosofia devia ser não apenas amizade pelo conhecimento, pelo saber, mas um saber capaz de instaurar novas formas de amizade, de amor, de afetos, de sentimentos. O saber deveria servir para nos afastar de nós mesmos, tornar o nosso presente diferente dele mesmo; deveria estranhar o corriqueiro, o senso comum, o eterno, o sabido, o tido como correto. Deveria nos incitar à prática do diferente, do inesperado, da infâmia. [...] [desta maneira] Seu pensamento continua sendo fundamental na construção de minha historiografia e de minha história, na escrita de mim mesmo, dos meus costumes e “maus costumes”. E faz parte dos meus “maus costumes” lançar o seu pensamento como arma para a construção de novos objetos historiográficos, como os costumes, o que faço aqui e agora. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 129, grifos originais).

Sobressai assim, mais uma vez, a imagem do pensamento de Foucault como arma teórico-metodológica e epistemológica de combate para a construção e ampliação de novos



horizontes e objetos historiográficos, para a abertura de novas formas de ver e dizer o passado que seu trabalho proporcionou. É depois dela que se desenha também a imagem do pensamento de Foucault como perturbadora para os historiadores de ofício. Um Foucault ao mesmo tempo desagradável e revolucionário, perturbador e inspirador, um historiador-filósofo incontornável tanto para seus detratores quanto para aqueles que nele se inspiram, um pensamento que teria se “tornado uma referência tão importante neste campo, que não se poderia passar por ele impunemente, a ele seria obrigatório referir-se, nem que fosse para denegá-lo?” (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 150).

É nesse sentido que Albuquerque Jr., no artigo *Um Leque que Respira: A Questão do Objeto em História*, publicado originalmente no ano 2000, vai advogar que o pensamento de Foucault provocou reações enfiadas por parte dos historiadores profissionais, uma vez que ele seria aquele que veio para incomodar, para abalar as certezas dos historiadores, para tirá-los de seus lugares de acomodação:

Os historiadores profissionais, enfiados pela invasão do território feita por aquele “cavaleiro bárbaro da filosofia” e desconcertados por sua forma de pensar o objeto em História, tentaram, de início, ignorá-lo, para, com o passar do tempo, irem adotando algumas de suas formulações ou partido para o ataque frontal, tentando desqualificar o seu trabalho como historiador, deixando clara a compreensão distinta que estes profissionais tinham do que Foucault fazia e chamava de história. Assustados com a forma original como Foucault ordenava os acontecimentos, recortava novas tramas, distintas daquelas consagradas pela historiografia, daquelas nomeadas como a trama principal de um dado momento, os historiadores o acusam de imprecisão, de não consultar os documentos adequados e de não levar em conta os fatos que deveria, aparecendo, claramente, nestas críticas, uma visão naturalizadora dos objetos históricos, mesmo entre aqueles que pretendem ter, há muito tempo, escapado de uma visão positivista do objeto em história. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 154).

Foucault seria assim, um historiador de outro tipo, trabalhando em outra ordem ou com outra ordem de práticas e discursos, ordenando e reordenando o conhecimento histórico que produz mediante outras regras e procedimentos metodológicos, por trabalhar a partir da historicidade das próprias práticas que agencia, mostrando as estratégias de construção e elaboração do discurso histórico, apresentando seu caráter contingente, histórico e interessado. Seria devido a essa imagem que seu pensamento foi, segundo Albuquerque Jr., violentamente confrontado pelos historiadores profissionais de uma forma geral e por aqueles que pretenderam fazer avaliações de seu trabalho historiográfico em particular, produzindo análises que, em sua maioria, não seria mais que “iracundos ataques adjetivos à sua pessoa,



assacando adjetivos como: niilista, confuso, reacionário, esteta contemplativo, impreciso, etc.” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 155).

A esses termos, Albuquerque Jr., ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, opõe uma imagem de Foucault como um pensador nominalista, pós-estruturalista, um pensador da diferença e ligado à tradição de pensamento que Deleuze nomeia de filosofia da diferença. Ao configurar Foucault desta maneira, Albuquerque Jr. produz um lugar para seu pensamento na historiografia brasileira que, ao mesmo tempo em que o apresenta como um renovador do meio, como alguém que aí produz um abalo, rupturas, descontinuidades, provocando reações de ódio e de admiração, de detração e de elogio, elabora, por outro lado, a imagem do seu pensamento como um pensamento sem contradições.

A imagem do pensamento de Foucault pensada por Albuquerque Jr. é uma imagem sem furos, sem brechas. Ela produz brechas, furos, rupturas na ordem estabelecida do saber histórico, mas ela mesma não os têm; ou, se os têm, não aparece nos textos compilados e reeditados na segunda parte do livro *História: A Arte de Inventar o Passado*. A imagem do pensamento de Foucault produzida por Albuquerque Jr. nestes textos serve para incomodar ou confrontar a imagem bastante genérica do historiador profissional com a qual ele também trabalha para opô-lo ao pensamento do filósofo francês; mas não incomoda ou confronta a própria imagem que se construiu do pensamento de Foucault.

Isso talvez se explique pelo fato de Albuquerque Jr., no período que esta análise abarca, ainda estivesse se elaborando ou se inscrevendo como historiador dentro de um campo ainda em disputa e na busca por pertencimentos na seara historiográfica brasileira. Portanto, esposar esta imagem do pensamento de Foucault, naquele período, significava se armar de um instrumento de combate bastante poderoso para este fim. Um instrumento de combate que não só permitia alargar o campo de possibilidade para a história, mas também abrir espaços institucionais e intelectuais dentro do campo da historiografia brasileira para o sujeito historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Se observarmos a produção historiográfica de Albuquerque Jr. pós-publicação do livro *História: A Arte de Inventar o Passado* e das críticas que o livro sofreu, em especial às feitas por Temístocles Cezar em resenha aqui citada, veremos que Albuquerque Jr. vai abandonando esta imagem ou estas imagens do pensamento de Foucault com a qual trabalha neste período, em função de um uso e uma apropriação menos homogênea e mais diversificada, mais cheia de brechas, furos, à medida que passa a relacionar Foucault e a pensá-lo em relação a outros autores e imagens de pensamento, que, em grande medida, apontam para as lacunas e silêncios do



### Imagem 3 – Foucault: A Produção Historiadora como Acontecimento Ético-político

E parece ser esta trincheira e este espaço que Albuquerque Jr. busca delinear nos artigos *A História em Jogo: A Atuação de Michel Foucault no Campo da Historiografia*, originalmente publicado no ano de 2004, e *Michel Foucault e a Mona Lisa ou Como se Escreve a História com um Sorriso nos Lábios*, publicado originalmente em 2006. Nestes dois textos, a começar da imagem do pensamento de Foucault com a qual trabalha, Albuquerque Jr. vai externar, de forma mais enfática, como pensa a História e o trabalho historiográfico:

Foucault propõe três usos para a História, três maneiras de praticá-la que reafirma esta necessária aceitação do caráter subjetivo e político de nossa atividade. Um é o uso paródico ou irônico, que se opõe à História vista como reminiscência ou reconhecimento. Uma história praticada como riso, como destruição das versões consagradas da realidade, como produção de um distanciamento entre nós e aqueles que nos antecederam, como reposição diferencial dos saberes, dos discursos que produziram o que achamos que somos. Outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade, que se opõe à História como continuidade e tradição. Uma história praticada como afastamento da continuidade, como dilaceramento dos modelos da identidade que nos chegam do passado e se impõem como indispensáveis. O terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade, que se opõe a história-conhecimento. Uma história praticada como desconfiança em relação a todas as verdades que nos chegam prontas, a todas as certezas que nos chegam sem questionamento. A história tem assim, para Foucault, todas as características de um saber pensado como jogo, pois ela implica a brincadeira com as máscaras, a violência do embate e do combate, a entrada em cena do acaso e da sorte e o desejo de vertigem, da perda das referências fixas que amarram nossos corpos e mentes a dadas identidades, razões e lugares. A história é *agôn*, é *alea*, é *mimicry* e é *ilinx*, ou seja, conflito, acaso, simulação e vertigem. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 179, grifos originais).

É partindo desses três usos, que Albuquerque Jr. vai pensar sua própria prática historiadora e sua inserção no campo historiográfico nacional, propondo o questionamento dos lugares assentados e estabelecidos dentro desta historiografia e “a própria luta no campo historiográfico”, defendendo uma crítica substantiva e não adjetivista que, embora feita em meio às lutas e embates por pertencimento institucional, teórico, metodológico e epistemológico, evitem que se “transformem em uma guerra de todos contra todos, embates em que ferozmente se quer eliminar o contendor e seu pensamento a golpes de adjetivos e desqualificação” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 179).

---

pensamento de Foucault em relação à História e à prática historiadora. No entanto, para este texto em específico e para o período que estamos analisando, esta discussão ainda não pode ser colocada. Pontuamos aqui para mostrar que a produção historiadora de Albuquerque Jr. também não é homogênea e linear, e, sim, entrecortada por rupturas, solavancos e redirecionamentos. E, o que este texto vem trabalhando é apenas uma dimensão e um período bem particular dessa produção e de seu percurso historiográfico.



Uma prática historiadora que seja pensada como dessacralização de verdades eternas, que seja feita com ironia e com um sorriso no rosto, com humor e terror a ponto de encarar a historicidade inclusive do saber que se pratica e do próprio sujeito que tenta dar conta dele, uma história sem salvadores da pátria, sem limites e fronteiras rígidos que precisariam ser defendidos de invasores estranhos ao campo, de “cavaleiros bárbaros” que viessem a devastar as certezas erigidas. Em grande medida, é assim que Albuquerque Jr. pensa a inserção de Foucault no campo e por intermédio dessa imagem de seu pensamento, pensa sua própria inserção como historiador na historiografia brasileira:

Tratado como “bicão”, Foucault seria uma ameaça para a nossa atividade, com ele a própria História estaria em jogo, nosso sacrossanto saber estaria ameaçado de ser conspurcado e remetido para os obscuros domínios do irracionalismo, do esteticismo e do reacionarismo político. Surgem, então, como sempre, os salvadores de última hora, que vão evitar que a História sofra esta ameaça e este rebaixamento. Aqui como no futebol e na religião, devemos desconfiar destes enunciadores do caos e do apocalipse; o que querem é tomar o jogo para si, querem impor regras que só eles estão dispostos a seguir; o que querem é poder, disfarçado de verdade; querem acabar o jogo no momento em que acham que estão ameaçados de serem derrotados. Isto, sim, é o fim do jogo, é o fim do lúdico, é o fim da possibilidade de invenção e de criação; isto, sim, é o fim da História. A História morreria não por criatividade, mas por paralisia, por falta de renovação em suas regras de produção. Não é o invasor a maior ameaça ao jogo, é o que dele participa jogando na retranca, buscando evitar a surpresa e o inesperado, é o que busca torná-lo rotina e mesmice, é o que faz um jogo burocrático e odeia aquele companheiro que brilha e que desconcerta com a magia de sua arte (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 180).

É, portanto, a defesa de uma história praticada como sátira. Uma história irônica, provocativa, questionadora das certezas e verdades estabelecidas, inclusive as do próprio campo. Uma história feita sob o signo do riso e do humor, “brincando com o perigo da própria existência e pensando-a como uma sucessão de artimanhas, do emprego permanente de astúcias.” (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p. 102). É a defesa da história como descentramento e da prática historiadora como um fazer de fronteira, sempre feito no limite entre o mando e o mundo, para além do bem e do mal. Uma prática historiadora que se assume como linguagem, que se assume como agente histórico ao “encarar a discórdia e a precariedade que habitam tudo aquilo que fazemos, cremos e dizemos” (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p. 101).

Uma prática historiadora praticada sempre à beira da falésia, onde só o riso nos permite sobreviver ao fato de pensarmos esta nossa condição agonística. É, portanto, a defesa



da escrita da história como acontecimento ético-político, a escrita da história produzida para intervir no presente e nele produzir muito mais efeitos éticos e políticos, do que propriamente estabelecer verdades inquestionáveis. São, portanto, estas imagens de pensamento de Foucault as quais Albuquerque Jr. constrói, se apropria e usa, que permite a ele, dentre outras coisas, pensar uma questão fundamental de nosso fazer, qual seja: o que poderia nos ensinar nosso saber? Ou, colocado em outros termos, para que serve a história? Questão que ele responde a partir de Foucault, mas no diálogo com outros intelectuais, historiadores e pensadores. Isto parece ficar claro na passagem a seguir, que congrega todas as imagens de Foucault aqui explicitadas, dita da seguinte maneira:

Talvez, antes de tudo, nos ensine a conviver com a descontinuidade temporal e social, marcas de nosso tempo. A história nos ensina que os homens e as sociedades do passado foram diferentes de nós, que nós não significamos, em relação a eles, apenas uma continuidade, mas somos uma diferença, um corte, uma ruptura com os costumes, hábitos, valores, concepções políticas e filosóficas, formas de organização econômica e social das sociedades do passado. Aprender a conviver com o descontínuo, com a diferença, como já afirmava Hayden White, talvez seja uma tarefa da história. Mas o ensino da história nos permitiria, também, desnaturalizar o nosso presente, dar a ele profundidade, encará-lo como fruto de um processo histórico, como um momento também passageiro, nos fazendo olhar para ele de forma distanciada e crítica. Colocar-se do ponto de vista do passado, ou, pelo menos, simular esta travessia temporal, atravessar o rio da morte como dizia Michelet, para estranhar nosso tempo, olhá-lo com desconfiança e distanciamento crítico, é um papel destinado à história e ao historiador. Produzir subjetividades mais tolerantes ou mais preparadas para conviver com a diferença, com a alteridade, com a mudança talvez seja a tarefa mais importante da nossa profissão. Aprender a aceitar a finitude de todas as coisas, inclusive a própria finitude, nos fazer encarar a morte como parte da vida de todos e a precariedade de todas as coisas, como diz Certeau, talvez seja outra nobre e dolorosa tarefa do ensino da história. Formar, portanto, subjetividades mais democráticas, menos autoritárias e menos “donas da verdade”, aprender a relativizar, a pensar temporalmente as coisas, aprender a situá-las num processo que sempre promete a futura transformação, aprender a viver em fluxo, em devir, perguntando-se sempre, o que estamos fazendo de nós mesmos?, justifica, para mim, aquilo que faço, com muita paixão e alegria (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 28-29).

Como Foucault, Albuquerque Jr. faz de seus textos acontecimentos que visam produzir efeitos éticos e políticos nas suas audiências e leitores. Isto se explicita na recusa consciente por parte de Albuquerque Jr. do recurso a citações e a referenciação exaustiva de autores em seus textos. Assim como na adoção de uma escrita, além de irônica, alegórica e cheia de metáforas; a começar pelas escolhas dos títulos de seus livros, artigos, palestras e conferências e que se prolonga numa prosa leve e sempre em diálogo com as artes, em especial a literatura.



O tom irônico, por vezes sarcástico, que utiliza em seus escritos dá a dimensão exata desta escrita como acontecimento para produzir sensações, para provocar não só o intelecto, mas também o corpo. É a escrita como prática ética e como intervenção política. Uma escrita pensada como experiência e acontecimento, que intervém no presente, produzindo diferença desde o passado. Problematizando o que nos tornamos em virtude dos caminhos que nos levaram a ser o que somos. E, este caminho, tanto para Albuquerque Jr. quanto para Foucault, só pode ser pensando na história e com a história. A historicidade de todas as coisas, inclusive, da própria escrita da história é, certamente, a imagem de pensamento de Foucault mais radical encontrada nos escritos de Durval Muniz. Em especial, porque ela coloca em suspensão a própria prática historiadora de Albuquerque Jr. e, dentre outras coisas, nos permitiu pensar os seus escritos e historicizá-los como uma parte significativa da produção historiadora brasileira da década de 1980 aos anos 2000, sobretudo, como um uso e uma apropriação bem sucedidos do pensamento de Foucault no Brasil.

### Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – do problema à solução (1877-1922)**. 1988. 449 f. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Unicamp. Campinas/SP, 1988.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim**. Memorial Acadêmico para o concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor de Terceiro Grau na classe de Professor Titular do Departamento de História. Natal: UFRN, 2006.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1996. 340 p.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994. 507 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Unicamp. Campinas/SP: 1994.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naif* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006. p. 192-215.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.



RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas/SP: UNICAMP, 2000.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, S.; Schmidt, B.; XAVIER, C. L. (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos discursos fundadores à criação de uma memória coletiva: as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá/PR, n. 19, jan./jun. 2009.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 7, jun./2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.